

ACTA N.º 01 /08

Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, pelas vinte e uma horas e vinte e um minutos, reuniu, no Auditório da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, sito no Largo Combatentes Grande Guerra, Vieira de Leiria, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Criação da Casa Museu 18 de Janeiro de 1934;

Ponto dois–Adesão ao ICOM- Conselho Internacional dos Museus; à APPI- Associação Portuguesa do Património Industrial e à AIHV- Associação Internacional da História do Vidro;

Ponto três - Actividade Camarária/Informação Financeira.

A **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão pelos pedidos de substituição dos deputados da CDU, Luís Marques e Alice Marques que foram substituídos respectivamente pelos deputados Francisco José Duarte e Jorge Calvete, a deputada do PS, Catarina Castro que foi substituída pela deputada Maria Jesus. Para coadjuvar nos trabalhos, solicitou ao deputado da CDU Jorge Calvete, que se juntasse à mesa no lugar de 1º secretário.

Informou o deputado do PS, João Cruz que lhe ia entregar a informação que solicitou acerca do plano estratégico e acção para o território do pinhal litoral, assim como a respectiva relação de projectos. Relativamente a um outro requerimento que dirigiu ao Presidente da Assembleia Municipal designadamente para que fosse entregue o estudo prévio para a reabilitação das antigas instalações da J. Ferreira Custódio bem como a proposta de aquisição daquele espaço remetida à Autarquia pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças, informou-o que esse pedido já foi entregue ao Sr. Presidente da Câmara tendo o mesmo despachado esta solicitação à chefe de Gabinete no dia 28-02-08.

Fez referência ao correio recebido que se encontrava à disposição dos deputados que o quisessem consultar, onde destacou um comunicado remetido pelo Grupo Parlamentar do BE, a dar conta de duas propostas apresentadas no seguimento de algumas reivindicações feitas por alguns municípios portugueses do incumprimento por diversas entidades, quanto a algumas receitas municipais designadamente a Derrama e a Taxa Municipal de direitos de passagem.

Posto isto, colocou à votação a acta nº 02 de 27 de Abril de 2007 e a acta nº 03 de 29 de Junho de 2007, que questionou se havia alguma alteração a fazer.

O deputado do PS, **Rui Rodrigues**, disse que era com satisfação que eram recebidos em Vieira de Leiria os colegas deputados da Assembleia Municipal neste parlamento.

Relativamente às actas, registou que redigir os textos das actas era um trabalho inglório, mas deveria haver uma maior preocupação em não misturar o discurso directo com o indirecto, dado que as actas são uma redacção de um texto no passado. Propôs três pequenas alterações à acta nº 02 de Setembro de 2007 nas páginas 15, 22 e 27 que foram de imediato anotadas e posteriormente corrigidas.

Por fim, disse que as intervenções do público deveriam ser identificadas pelo nome completo.

O deputado do PS e Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, **Paulo Vicente**, deu as boas vindas à Assembleia Municipal congratulando-se com a sua realização neste auditório da Junta de freguesia de Vieira de Leiria.

A **Presidente da Assembleia** disse que não havendo mais considerações a fazer, ia colocar a acta nº 02 de 27 de Abril de 2007 à votação, resultando a sua aprovação por maioria com 3 abstenções por ausência e a acta nº 03 de 29 de Junho de 2007 foi aprovada por maioria com 3 abstenções por ausência.

Seguidamente anunciou que se ia dar início ao período antes da ordem do dia.

O deputado da CDU, **Saúl Fragata**, disse que era uma honra que a Assembleia Municipal se realizasse em Vieira de Leiria.

Seguidamente, apresentou uma declaração face a alguns aspectos marcantes da situação em que se vive.

O Primeiro-ministro na sua escalada de desconcerto verbal, festejou o terceiro aniversário de vida do seu Governo com balanço feito em causa própria, dizendo estarmos a assistir a uma comédia encenada ao pormenor em que actores e público se confundiam numa farsa com todos os protagonistas cumprindo as marcações. No País paradisíaco de José Sócrates há mais e melhor emprego, no nosso, o País real há mais desemprego, pior emprego, pois os números reais dizem que a taxa de desemprego actual é a mais alta desde de meados da década de 80, sendo o oposto daquilo que o Primeiro-ministro diz existir.

É assim na saúde, no ensino, nos salários, nas pensões e reformas, no custo de vida, nas injustiças sociais, é assim no que diz respeito à liberdade sindical e aos direitos dos trabalhadores, à liberdade de expressão, da propaganda, ao direito à indignação, ao protesto e à luta, tudo a agravar-se todos os dias.

Em suma, e citando o insuspeito analista Vasco Polido Valente. “Vive num País das maravilhas que só existe na cabeça dele, não passa de um burocrata sem destino nem visão, é cinzento, baço, previsível, medíocre, - falo evidentemente de Sócrates”, fim de citação.

O desemprego ronda os 8%, e o desemprego jovem ultrapassa os 16 %, o trabalho precário 22,5% dos trabalhadores assalariados. Quanto à situação social no nosso concelho, ao mesmo tempo que a expansão da Zona Industrial continua nas gavetas do Governo, fecharam portas a Marividros e a Dâmaso, com 100 e 250 trabalhadores respectivamente, sem que o Governo nomeadamente no caso da Dâmaso onde o Estado havia patrocinado avultados investimentos, nada fizesse para evitar o seu encerramento. Agora é a Marividros que está com a corda na garganta face ao corte de gás já anunciado. Exigem-se com toda a urgência a tomada de medidas para salvar o que resta da Cristalaria, nomeadamente no apoio à diminuição dos custos energéticos que as pequenas e médias empresas pagam muito acima das grandes empresas da embalagem, sem que ninguém o impeça.

Por fim sublinhou uma passagem do debate na Assembleia da Republica em que José Sócrates revelou uma vez mais o seu carácter pesporrente e a sua veia ditatorial ao dizer que não tinha medo da contestação social, não tinha medo de ninguém, - de facto não parece um Primeiro-Ministro, mais parece o Presidente do Conselho de Administração do grande capital.

O deputado da CDU, José Silva, tomou assento na Assembleia Municipal pelas vinte e uma horas e trinta e um minutos.

O deputado do PSD, **Pedro Silva**, informou que dado a sua bancada ter deixado de exercer quaisquer funções no PSD, estavam presentes na Assembleia Municipal como meros cidadãos eleitos nas listas do PSD, e até ao final do mandato iam passar a fazer uma fiscalização independente e efectiva.

Chamou a atenção à Câmara pelo facto de em dois meses ter tomado centenas de decisões mais ou menos importantes e não as trazer à Assembleia para que se possam pronunciar sobre elas, nomeadamente a criação de uma Casa Museu.

Realçou que com a nova lei das Autarquias as Assembleias Municipais iam passar a ter mais informação e poder para a fiscalizar a gestão diária das Autarquias.

O deputado do PS, **Telmo Ferraz**, comentou que a primeira parte da intervenção do deputado Saúl Fragata não eram assuntos de interesse para o município. Relativamente à segunda parte da intervenção ficava-se pela bruma das coisas, e quando falava no problema das empresas de vidro nomeadamente na Marividros e Dâmaso, dizia que era única e exclusivamente da responsabilidade do Governo o encerramento destas empresas. Neste sentido, questionou qual foi a posição do Governo local para evitar esse encerramento, e o que tem feito para que as empresas do concelho tenham melhores condições para poder laborar. Sugeriu que o Governo Central e o local em conjunto com todos os partidos deste concelho, procurassem avaliar os problemas existentes no mundo das empresas, do trabalho, dos empresários e trabalhadores, de forma a precaver estas situações futuras.

O deputado da CDU, **Artur Marques**, começou por fazer um reparo aos deputados com alguma responsabilidade política no concelho pelo facto de fazerem intervenções no jornal da Marinha Grande, fugindo à verdade. Exemplificou com um artigo escrito pelo deputado Telmo Ferraz que teria muito mais dignidade se ele se debruçasse nos problemas que o Governo estava a criar ao povo português. Aconselhou o PS a fazer um debate dentro do seu próprio Partido para tomarem outras medidas, porque em democracia tem que se ter direito ao trabalho, saúde e educação.

Relativamente à situação que estava criada no comércio da Marinha Grande, referiu que os responsáveis eram os próprios comerciantes que não tiveram em conta os tempos e a realidade, foram-se atrofiando ao ponto de hoje estarem a fechar as lojas, a Associação do Comércio e Indústria, os Executivos Autárquicos e por último os marinhenses porque não compravam no comércio tradicional.

Sugeriu que se fizesse um protocolo com a EPAMG, a Associação do Comércio e Indústrias, a orquestra Juvenil da Marinha Grande, Associação de Judo e Karaté, de forma a criar iniciativas levando a população a olhar para o centro cívico da Marinha Grande.

O deputado **Telmo Ferraz** interveio em defesa de sua honra, questionando o deputado Artur Marques em que é que tinha mentido.

O deputado do PS, **João Cruz**, questionou o porquê de uma Assembleia só com 3 pontos da ordem de trabalhos, não trazer um documento de grande importância como o plano estratégico e acção para o território do pinhal litoral, onde estavam inscritos os grandes projectos da Marinha Grande no próximo ano e a possibilidade da Câmara os financiar.

Disse não compreender a razão porque demoravam dois meses para entregar fotocópias a um deputado e não eram distribuídas a todos. Realçou que um documento desta importância devia vir à Assembleia para discussão e dar conhecimento aos deputados Citou o que estava escrito no plano estratégico “alargamento da área industrial da Marinha Grande, da Vieira, Parque de Campismo da Vieira, novas instalações da EPAMG, piscina municipal da Marinha Grande, beneficiação do estádio da Municipal, reabilitação do Teatro Stephens, variante poente e variante nascente sul, transportes, variante do litoral, reabilitação do Mercado da Resinagem e a obra deste mandato a requalificação do Vale de São Pedro de Moel”. Opinou que este documento não terá vindo à Assembleia por vergonha da Câmara de dar a conhecer aos deputados que não conseguiu inscrever num plano estratégico que vai ser utilizado para serem financiados os projectos pelo QREN.

Alertou para um requerimento enviado a 28-09-07 e novamente a 03-01-08 sem obter resposta ou porque não havia interesse em dar esse parecer ou simplesmente por falta de competência.

Referiu que verificou nos documentos sobre a Actividade da Autarquia que havia em desenvolvimento um projecto para as antigas instalações da J. Ferreira Custódio, e que estranhava o porquê da Assembleia não ter feito qualquer referência a esse projecto, assim como à aquisição das instalações.

Informou que fez um requerimento a solicitar o conhecimento do projecto assim como a proposta que foi feita à Autarquia para a aquisição desse espaço.

O deputado do PS, Aníbal Curto, tomou assenta na Assembleia pelas vinte e duas horas e dois minutos.

A **Presidente da Assembleia** esclareceu que o atraso na entrega da informação solicitada foi por motivos de ordem administrativa. Disse compreender e aceitar a repugnância por parte do deputado, pois era um direito que lhe assistia. Frisou que a mesa diligenciará no sentido que todos os pedidos a si dirigidos sejam entregues aos deputados com a maior brevidade possível.

Assegurou ao deputado que a mesa indagará pelo não cumprimento da resposta aos requerimentos de 28-09-07 reforçado em 03-01-08.

O deputado da CDU, **José Luís**, disse que tinha para apresentar uma moção sobre o Quadro de Transferência e Competências para os Municípios em Matéria de Educação, que se encontra como anexo nº 1 à presente acta.

Seguidamente entregou à mesa, um documento a questionar o Governo sobre o bloqueio imposto à Expansão da Zona Industrial da Marinha Grande, que se encontra como anexo nº 2 à presente acta.

Neste sentido, questionou o PS para quando o desbloqueamento da zona industrial, dado que a Câmara já comprou o terreno para permutar, já estavam aprovadas por unanimidade as condições do negócio depois de propostas pela Direcção Geral do Património. Estariam à espera das eleições Autárquicas de 2009, para fazerem promessas e depois não cumprirem, dado que o Partido Socialista era movido por interesses político-partidários.

Realçou que a Comissão Concelhia do Partido Comunista Português da Marinha Grande incentivou o Sr. Presidente da Câmara e a Câmara a usar todos os meios, de forma a pressionar o Governo para se sair deste impasse. Recordou que o desbloqueamento da

primeira parcela da zona industrial foi também uma luta intensiva dos marinhenses, com apoio das mais diversas forças políticas, designadamente dos partidos políticos, dos interessados e dos empresários. Neste sentido, apelou à Câmara para pedir intervenção ou participação dos empresários para em conjunto fazerem valer os interesses do desenvolvimento económico do concelho contra a incompetência, o laxismo e a discriminação vergonhosa de que o concelho estava a ser vítima.

A **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura da Moção da CDU, colocando o assunto à discussão.

O deputado do PS, **Osvaldo Castro**, informou que o processo da descentralização de competências da Administração Central para as Autarquias não estava fechado nesta matéria, embora a Associação dos Municípios Portugueses tenha como perspectiva aceitar as transferências de competências desde que acompanhadas do respectivo envelope. Referiu que a Moção apresentada era uma loucura, não deveria ter sido feito para a Marinha Grande, dado que em matéria de qualidade de vida o Concelho da Marinha Grande estava em 16º entre 308 concelhos.

Esclareceu que o Governo tinha 60 dias para responder aos requerimentos que lhe eram dirigidos e iria fazê-lo em tempo e com actos concretos.

Relativamente à questão da zona industrial informou que foi à reunião de Secretários de Estado, que fizeram a avaliação das situações no plano técnico e jurídico, e que posteriormente iria a reunião de Conselhos de Ministros. Registou que o problema seria resolvido brevemente.

No respeitante à Saúde, disse que as manifestações podiam ter ajudado à decisão do não encerramento do SAP, mas não foram a principal razão.

Alertou para a questão do comércio que era preocupante, e que a Marinha Grande nem sempre deu a devida atenção para o problema.

O deputado da CDU, **José Silva**, começou por lamentar que a Freguesia da Moita esteja integrada no Concelho da Marinha Grande apenas política e administrativamente. Chamou a atenção para o facto da Freguesia da Moita ao ser integrada no Concelho da Marinha Grande ter acrescentado 7.600m² à área geográfica, trouxe cerca de 1500 residentes, cerca de 1200 eleitores, 450 fogos, cerca de 60 micro, pequenas e médias empresas.

Referiu que sem custos para a Câmara da Marinha Grande a Freguesia da Moita já tinha devidamente concluído a extensão de saúde, a rede viária concluída e cerca de 80% do saneamento básico, por essa razão o povo da Moita merecia ser mais respeitado e não ser visto como gente menor como tem sido.

Por fim, fez referência a um ilustre militante e Ex-Ministro do PSD, Dr. Dias Loureiro que um dia disse "hei-de contribuir para melhorar a imagem do meu País". Neste sentido ele como deputado da Assembleia Municipal também gostava de contribuir para que o povo da Moita se sentisse orgulhoso de pertencer ao Concelho da Marinha Grande.

O deputado PS e Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, **Paulo Vicente**, disse que relativamente à Moção nem tudo o que a CDU escreveu era verdade absoluta, porque revelava desconhecimento daquilo que se passava nas escolas. Realçou que os alunos, os professores e os funcionários sabem o investimento que tem sido feito e a modernização que têm sido alvo, todas as escolas do 2º e 3º ciclo do Ensino Secundário.

Informou que o agrupamento de escolas deu conhecimento à Câmara sobre o problema do Pavilhão de Vieira de Leiria na mesma altura que deu ao Ministério da Educação do telhado da escola EB2 Padre Franklin. Chamou a atenção para o facto do Ministério da Educação ter substituído todo o telhado da escola EB2 Padre Franklin em 2 meses, enquanto a Câmara Municipal substituiu 2 telhas num ano.

Relativamente aos transportes escolares referiu que há vários anos que são da competência das Autarquias locais.

No respeitante à acção social escolar era tratada nas escolas, obedecendo aos normativos legais e tendo em conta a realidade socio-económica das localidades, atribuem os subsídios. Referiu que houve uma centralização por parte desta Câmara relativamente aos alunos do 1º ciclo, porque no anterior mandato da Câmara Municipal, havia um protocolo entre o agrupamento de escolas e a Câmara Municipal em que os assuntos eram tratados na escola, que depois transferia para o agrupamento que concedia os subsídios directamente aos alunos. Acrescentou que com este executivo, dentro das suas competências e atribuições, retirou esse protocolo sendo a Câmara directamente que atribui os subsídios às crianças, obrigando os pais a dirigirem-se à tesouraria para levantarem o cheque a que têm direito.

O deputado do PSD, **Pedro André**, congratulou-se com a realização da Assembleia Municipal na Freguesia de Vieira de Leiria.

Disse que a Moção da CDU não estava completa porque no 2º ponto “rejeitar o processo de transferência de competências” faltava dizer “sem as devidas contrapartidas”. Anunciou que o PSD não poderia votar a favor da moção porque eram a favor da descentralização de competências.

Em relação à zona Industrial, alertou o deputado Osvaldo Castro para os três anos que passaram sem se resolver o problema

Deu conta que o PSD chamou a atenção várias vezes para o problema do centro tradicional da Marinha Grande e para as obras do POLIS, agora vinham-se lamentar que os coitados dos comerciantes estavam a fechar as portas todos os dias.

Por fim, apresentou uma moção que se encontra como anexo nº 3 à presente acta.

O deputado do **Saúl Fragata** em direito de resposta à intervenção do deputado João Cruz disse-lhe que um Governo local não podia, não conseguia, nem tinha âmbito para se substituir ao Governo Nacional em questões de encerramento de empresas. Lembrou que a Câmara fez o que lhe competia, como várias demarches junto das Entidades relativamente ao fornecimento de gás, e promoveu uma reunião sobre a DAMASO da qual saiu uma luz ao fundo do túnel.

O deputado **Osvaldo Castro** em direito de resposta disse que quando se disponibilizou para intervir na questão da zona Industrial, pediu elementos à Câmara que lhe foram fornecidos meses depois como era habitual, e só nessa altura pôde fazer algumas intervenções.

Criticou a intervenção do deputado José Silva que não tinha sido de muito bom-tom ter utilizado alguns termos que considerava ser a sua presunção em relação à opinião dos marinhenses e vieirenses relativamente à Moita.

Realçou que mais grave era ter citado o nome do Dr. Dias Loureiro, e se a CDU funcionasse já devia ter percebido que havia coisas que não se podiam nem deviam dizer porque eram ofensivas para o povo da Marinha Grande.

O deputado **Pedro André** interveio para dizer que o deputado Osvaldo Castro começou por se manifestar contra as manifestações e agora estava contra as contra-manifestações.

O deputado **Osvaldo Castro** esclareceu que não era contra as manifestações, e que até disse que por vezes ajudavam, mas em certas circunstâncias não resolviam os problemas, como no caso concreto da Marinha Grande em que não foi a manifestação de uns tantos marinhenses que resolveu o problema do não enceramento do SAP. Realçou que o Presidente da Assembleia Municipal fez da manifestação um acto de propaganda personalizado e mesmo assim não resolveu o problema, tendo sido a unidade dos vereadores do PS na Câmara, e a unidade dos deputados do PS na Assembleia com as intervenções pessoais que se fizeram que resolveram o problema. Salientou que sempre foi pelo direito de liberdade de expressão e de manifestação.

O deputado **Rui Rodrigues** disse que a CDU já os habituou a este tipo de textos referindo aspectos como se fossem verdades absolutas, apresentando uma proposta à Assembleia para rejeitar uma coisa que não pode ser rejeitada. Neste sentido terá que votar contra, e em sequência daquilo que o deputado Paulo Vicente disse, que o texto da moção revelava até profundo desconhecimento daquilo que se passava nas escolas tomando as suas ideias sobre determinadas matérias como verdades absolutas e tentando transmitir aos outros que aquilo que dizem pelo País todo, era uma verdade também no Concelho da Marinha Grande.

Disse que não percebeu muito bem a proposta que o deputado Pedro André fez, falando em Delegações do Jornal de Notícias e Diário de Notícias. Salientou que estavam a tratar de empresas privadas que têm o direito de abrir, encerrar, e fazerem o que bem entenderem às suas Delegações. Questionou que competência tinha uma Assembleia Municipal para recomendar se uma determinada empresa privada deve ou não encerrar as suas Delegações.

Nesta perspectiva disse iria votar contra a moção do PSD porque era inoportuna.

O deputado **José Luís** em direito de resposta disse que o deputado Osvaldo Castro também enganou a Assembleia Municipal porque disse que ia telefonar, intervir em relação ao desbloqueamento da Zona Industrial, só que na verdade o problema continuava por resolver.

Relativamente à moção da CDU disse que concordava que era extensa mas o seu conteúdo tocava questões essenciais e importantes da nossa vida política.

Findas as intervenções e no seguimento das sugestões apresentadas pelo PSD a **Presidente da Assembleia** questionou a CDU se pretendia alterar o conteúdo da moção que apresentou.

Dado a CDU não alterar o conteúdo, fez-se a votação com 10 votos a favor, 10 votos contra, 4 abstenções, tendo sido aprovada a moção com o voto de qualidade da Presidente da Assembleia.

A moção do PSD foi rejeitada com 10 votos contra, 9 abstenções e 4 votos a favor.

Posto isto, anunciou que ia passar ao 1º ponto da ordem de trabalhos.

PONTO UM—CRIAÇÃO DA CASA MUSEU 18 DE JANEIRO DE 1934

O **Presidente da Câmara** saudou a Assembleia Municipal por ter decidido realizar a sessão em Vieira de Leiria, agradecendo à Junta de Freguesia a forma sempre extremamente simpática como costuma receber.

Disse que em democracia têm o dever de realçar aquilo que fazem bem, assim como aceitar e reconhecer aquilo que não era feito como deveria.

Concordou com a crítica feita pelo deputado João Cruz, relativamente à demora excessiva da Câmara nas respostas aos requerimentos. Neste sentido apresentou desculpas dado existirem prazos fixados que não estavam a ser cumpridos, mas que iria procurar facultar a resposta a que tinha direito tão rápido quanto possível.

Relativamente à expansão da zona industrial, informou que em Novembro pediram a intervenção do Sr. Governador Civil de Leiria junto do Poder Central, que considerava um dossier prioritário e na altura se disponibilizou para que houvesse algum desenvolvimento. Referiu que depois de vários contactos o assunto ainda não tinha ido a reunião de Conselho de Ministros porque não apresentava a devida fundamentação jurídica para a deliberação, o que só aconteceria na reunião seguinte.

Informou que a Direcção Geral do Tesouro e Finanças solicitou à Câmara que remetesse com a maior brevidade a Certidão da Conservatória e as respectivas cadernetas prediais referentes aos dois prédios rústicos que adquiriu junto ao Pedrógão.

Relativamente à criação da Casa Museu de 18 de Janeiro, lembrou que à 2 anos atrás o deputado Artur Marques levantou na Assembleia Municipal a questão da recuperação da Casa de Casal Galego, que foi aceite por unanimidade, só que infelizmente demorou mais tempo do que estava previsto. Realçou que para a preservação da memória colectiva de todos, era importante que se procedesse à criação da Casa Museu que ia exigir muito trabalho, um programa de recolha de informação, documentação e que futuramente ia ser uma fonte para a elaboração de mais alguns documentos que viessem enriquecer a História da cidade e do Concelho.

O deputado **Telmo Ferraz** anunciou que o PS aprovava sem quaisquer reservas a criação da Casa Museu.

Fez uma observação dizendo que se alguém pensava que o 18 de Janeiro era património do Partido Comunista era porque não conhecia a História.

Acusou a Câmara de ter sonegado à Assembleia Municipal e em reunião de Câmara aos Vereadores da oposição, a informação do processo de assinatura do protocolo e a visita a Cabo Verde. Realçou que este acto não tinha engrandecido a Câmara Municipal.

Opinou que a festa que acabou por acontecer com a assinatura dos protocolos de Geminação, teria sido uma festa comungada por todos se a forma como a Câmara desenvolveu o processo tivesse sido integradora e não afastadora da oposição.

Disse que seria bom que qualquer que fosse a cor política a liderar o Município se entendesse que quando o concelho recebe alguém, as forças políticas representadas na Assembleia Municipal deviam ser consideradas como um todo e não apenas a força política que esteja a liderar o concelho.

Realçou que a sua crítica não tinha nada a ver com as viagens e despesas, mas sim a forma como foi feita a representação do Concelho que não lhe pareceu ser a mais correcta.

O deputado **Saul Fragata** referiu que perante as palavras do deputado Telmo Ferraz, se a delegação que foi ao Tarrafal tivesse outra composição já não teria ido fazer turismo político.

Salientou que o 18 de Janeiro não era património de nenhum partido mas teve militantes Comunistas da Marinha Grande destacados na sua organização, que sofreram as consequências das acções do aparelho repressivo, e também militantes do Anarco Sindicalismo que a partir daquela data desapareceram, os Comunistas permaneceram, reforçaram-se e cresceram. Lembrou que ia ocorrer o centenário do nascimento de uma grande figura marinhense e de revolucionário do 18 de Janeiro, que foi o Sr. José Gregório.

A **Presidente da Assembleia** disse que não havendo mais intervenções e uma vez que o ponto apenas se destinava a dar conhecimento à Assembleia no que concerne à criação da Casa Museu do 18 de Janeiro de 1934.

Posto isto, anunciou que se ia passar ao 2º ponto da ordem de trabalhos.

PONTO DOIS- **ADESÃO AO ICOM-CONSELHO INTERNACIONAL DOS MUSEUS ; Á APPI-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL E À AIHV- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DA HISTÓRIA DO VIDRO**

O **Presidente da Câmara** informou que a proposta apresentada vai no sentido de reforçar as condições permitindo uma consolidação e desenvolvimento da política cultural a nível Municipal.

Informou que tinham no Museu do Vidro o mais importante equipamento cultural porque tinha um poder significativo de atracção, visitantes e estava directamente ligado às principais raízes da nossa identidade cultural. Neste sentido a adesão e as outras propostas que vinham à Assembleia se destinavam a permitir ao Museu do Vidro, à Câmara, e ao sector cultural uma ligação efectiva a um conjunto de entidades que desenvolviam um trabalho de vanguarda nas respectivas áreas. Disse que pretendiam com o processo e uma informação actualizada o acesso a alguns programas que sejam inovadores e permitam inscrever o Museu do Vidro e o Concelho da Marinha Grande num panorama mais vasto e de âmbito internacional.

Recordou que a Marinha Grande já foi membro do ICOM (Conselho Internacional de Museus), no entanto porque na altura não foi acautelada a submissão à aprovação por parte da Assembleia Municipal, a Câmara perdeu a qualidade de membro do ICOM. Neste sentido o que se propunha era retomar essa ligação que já existiu.

Não havendo intervenções a **Presidente da Assembleia** propôs o mesmo à votação.

Findas as intervenções e presente deliberação camarária de 21 de Fevereiro de 2008 relativa à “Adesão ao ICOM - Conselho internacional dos Museus; APPI - Associação Portuguesa para o Património Industrial; AIHV - Associação Internacional para a História do Vidro”, cujo assunto constitui o segundo ponto da Ordem do dia e que aqui se dá por integralmente reproduzida para apreciação:

“Presente Informação do Museu do Vidro propondo a adesão da CMMG / Museu do Vidro a três associações de promoção e defesa da cultura e do património, que actuam ao nível das três áreas de actuação do Museu do Vidro:

Museologia (ICOM); Património Histórico Industrial (APPI); História do Vidro (AIHV).

Conselho internacional dos Museus - ICOM

Trata-se de uma organização mundial não-governamental criada em 1946 que mantém relações formais com a UNESCO, possuindo estatuto consultivo no Conselho Económico e Social da ONU.

O ICOM é uma associação profissional sem fins lucrativos, financiada predominantemente pela contribuição de seus membros, por actividades próprias e através do apoio de organizações públicas e privadas.

As suas actividades e programas são coordenados através da Secretaria Executiva, sediada em Paris.

Possui um Conselho Consultivo que integra representantes dos Comités Nacionais (entre eles o comité português), dos Comités Internacionais (entre eles o do vidro) e das Organizações Regionais.

Os seus mais de 200 000 membros originários de 140 países participam em actividades nacionais, regionais e internacionais promovidas pela organização - workshops, publicações, programas de formação, intercâmbio, e promoção de museus, etc - de 116 Comités Nacionais e 30 Comités Internacionais.

Alguns Comités Nacionais estão integrados em organizações regionais para fortalecer sua acção. Participam ainda no ICOM 15 associações internacionais.

O Programa Trienal de Actividades aprovado pela Assembleia-geral é implementado pelo Secretariado assim como pelos Comités Nacionais e Internacionais, que contribuem para a realização de seus programas.

As actividades do ICOM correspondem às necessidades e desafios da profissão dos museus e são orientadas em torno dos seguintes temas:

- Cooperação e intercâmbio profissional*
- Difusão de conhecimentos e aumento da participação do público em museus*
- Formação de pessoal*
- Prática e promoção de ética profissional*
- Actualização de padrões profissionais*
- Preservação do património mundial e combate ao tráfico de bens culturais*

As vantagens de adesão ao ICOM incluem o direito a voto e à formulação de candidaturas para o Conselho Executivo, para desempenhar os cargos de Presidente ou Vice-presidente do Comité Consultivo, ou para desempenhar cargos por eleição nos Comités Nacionais, nos Comités Internacionais e nas Associações Regionais, e a recepção de três cartões para membros institucionais que permitem:

- A participação nas actividades e programas organizados pelos Comités Nacionais;*
- A participação nos encontros anuais dos Comités Internacionais e na Conferência Internacional do ICOM que ocorre a cada três anos;*
- A assinatura gratuita do Boletim quadrimestral ICOM News;*
- A redução de preço em publicações especializadas;*
- A filiação como membro votante em um dos Comités Internacionais e o intercâmbio com membros de outros comités;*
- A entrada franca ou reduzida na maioria dos museus em todo o mundo (dependendo da política institucional).*

Contrapartidas:

1. A adesão ao ICOM pressupõe o pagamento de uma quota anual de membro institucional classe A – entre 1 a 5 assalariados – (cujo valor em 2008 é de 320 euros, podendo vir a ser actualizado).

2. De acordo com o princípio reciprocidade dos direitos inerentes à associação ao ICOM e ao cartão de associado, o Museu do Vidro deverá facultar a entrada gratuita a todos os associados que apresentarem o cartão de membro do ICOM com a respectiva vinheta actualizada.

3. De acordo com os estatutos, a participação nos órgãos e actividades do ICOM deverá ser realizada por representantes do Museu do Vidro/Câmara Municipal da Marinha Grande nomeadas para o efeito. Deste modo, para efeitos de representantes do Município / Museu do Vidro no ICOM propõe-se que sejam nomeados todos os anos um membro do executivo da Câmara Municipal da Marinha Grande e dois Conservadores de Museus / Técnicos Superiores do Serviço e Museus e Património Histórico e Natural.

4. Mais se propõe que façamos a inscrição do museu no Comité Internacional do Vidro (para efeitos de direito a voto) bem como nos dois comités opcionais de acordo com a estratégia que o museu for implementando, por proposta do responsável do museu e aprovação pelo Presidente da Câmara.

Associação Portuguesa para o Património Industrial – APPI

A Associação Portuguesa para o Património Industrial, fundada a 16 de Maio de 1997 no Porto,

é uma instituição sem fins lucrativos, que tem como objectivos:

- Fomentar o estudo e a investigação arqueológica do património industrial, de acordo com as regras e os métodos próprios daquela disciplina;
- Promover a defesa e salvaguarda do património industrial;
- Incentivar uma abordagem interdisciplinar do património industrial, assim como a sua valorização numa perspectiva que contribua para o desenvolvimento económico e cultural;
- Intervir nas áreas de decisão relativas à defesa, salvaguarda e valorização do património industrial, cooperando nesse sentido com as respectivas entidades oficiais ou particulares;
- Estabelecer relações de colaboração científica com entidades congéneres nacionais e internacionais;
- Defender os interesses dos seus associados em todos os aspectos relativos às suas actividades no domínio do património industrial.

A APPI é a representante do TICCIH - The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage em Portugal

Contrapartidas:

1. A adesão à APPI pressupõe o pagamento de uma quota anual de membro colectivo (que em 2008 corresponde ao valor de € 60 + € 25 de jóia e cartão, que poderá ser actualizada

Associação Internacional para a História do Vidro – AIHV

A Associação Internacional para a História do Vidro foi constituída em 1956 por Dr. Joseph Phillipe, Director do Musée Curtius of Liege,

Entre os sócios desta instituição encontram-se arqueólogos, historiadores de arte, artistas, coleccionadores, conservadores de museus, cientistas e investigadores num total de cerca de 500 membros de em 33 países

A associação promove a divulgação de projectos de investigação, o intercâmbio de experiências e a divulgação de resultados relativos à investigação recente na área do

vidro, além de congregar e constituir uma rede de contactos de profissionais do vidro das várias áreas.

De três em três anos a AIHV organiza um encontro internacional onde são apresentadas várias palestras dedicadas às mais variadas áreas do vidro. São ainda organizadas visitas a museus, galerias e coleções privadas.

A AIHV é dirigida por um Comité Executivo eleito em Assembleia-Geral de sócios durante o congresso trienal e os seus estatutos regem-se de acordo com a legislação Alemã.

As vantagens de adesão à AIHV incluem o direito à participação gratuita até quatro técnicos nos congressos organizados pela AIHV e a receber os Anais do Congresso (apenas 1 exemplar) gratuitamente, bem como acesso privilegiado a informações e troca de experiências relacionadas com a área do vidro.

Contrapartidas:

1. A adesão à AIHV pressupõe o pagamento de uma quota anual de membro institucional que em 2008 se estima em €150.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera submete-la a parecer e autorização da Assembleia Municipal.”

A Assembleia Municipal analisou a proposta da Câmara Municipal e por concordar com a mesma, delibera nos termos do artigo 53º, n.º 2, alínea m) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro autorizar a Câmara Municipal a aderir ao ICOM - Conselho internacional dos Museus à APPI - Associação Portuguesa para o Património Industrial e à AIHV - Associação Internacional para a História do Vidro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade com 24 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 24 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 4 à presente acta.

PONTO TRÊS- ACTIVIDADE CAMARÁRIA/INFORMAÇÃO FINANCEIRA

O Presidente da Câmara informou que o período desde a última reunião da Assembleia Municipal foi fortemente marcado pelo final do ano, atendendo ao forcing que foi necessário fazer para a preparação dos documentos previsionais, mobilizando assim todos os sectores da Câmara e o próprio executivo.

Referiu que o início do ano era um período de preparação, para lançar as acções previstas para o ano de 2008, no qual ocorreu o acto da Geminação com o Tarrafal que foi um acontecimento com grande relevância para o Município.

Relativamente à intervenção do deputado Telmo Ferraz no ponto 1, esclareceu que antes da ida para o Tarrafal terá informado a Assembleia Municipal qual a composição da

delegação. Com excepção do Vereador João Pedrosa e que por coincidência o Presidente da Assembleia e o Presidente da Câmara eram militantes do PCP.

Realçou que a questão que se ponderou foi que a delegação tivesse representatividade em termos funcionais adequada ao acto, Presidente da Câmara, Presidente da Assembleia e dado que a componente mais forte em termos das geminações em geral se situava na área da cultura, com particular incidência na área da educação e neste caso particular no vector do turismo, daí a escolha no vereador que por coincidência acumulava todos esses pelouros.

Deu conta que pelas reacções das dezenas de entidades que têm participado nas jornadas de economia e pela forma como o têm demonstrado o resultado do balanço seria positivo.

Informou que estava em preparação mais uma edição da Bienal das Artes Plásticas. Realçou que este ano de 2008 ia ser um ano particularmente importante em termos de projecção de imagem do nosso concelho.

Fez referência ao campeonato Mundial de Orientação que já mobilizava os serviços.

Realçou que estava a decorrer um concurso relativo à execução das infra-estruturas eléctricas do centro empresarial e um concurso para avançar com a construção do pavilhão para exposição de peças de grande porte do Museu Joaquim Correia.

Referiu que estavam adjudicadas empreitadas para a remodelação dos sanitários públicos na Praia da Vieira, e beneficiação do Mercado da Praia da Vieira. Uma empreitada para a rede de colectores domésticos e condutas de água superiores a 100 mil euros para o lugar do Fagundo, a obra da EB1 da escola das Trutas que estava praticamente concluída e a 1ª fase da obra do Mercado da Vieira de Leiria que também já estava concluída. Acrescentou que estava em curso a intervenção no furo de captação de água em Vieira de Leiria que tinha sido desactivado, procedeu-se à selagem de 40 metros nesse furo e foram feitas novas análises.

Realçou que o abastecimento de água na Vieira era uma questão preocupante para todos. Informou que o resultado das últimas análises feitas à água na Praia da Vieira foi de 148 microgramas o teor de ferro, em que o máximo era 200, o arsénio subiu ligeiramente relativamente às últimas análises mas manteve-se nos 9 microgramas, portanto abaixo do máximo estabelecido.

Relativamente às análises feitas em Vieira de Leiria o resultado foi de 7 microgramas o teor de arsénio que se manteve, o ferro aumentou para 1400 microgramas para um máximo de 200. Perante este resultado os serviços ficaram alarmados e procedeu-se de imediato a uma contra-análise que passou para 1600 microgramas, mas no laboratório Alice Gonçalves apresentou outro resultado muito inferior. Realçou que os serviços da Câmara continuavam a procurar controlar e manter a qualidade da água em condições para que os municípios a usem sem quaisquer restrições.

O deputado **Paulo Vicente** fez votos para que a segunda fase do Mercado da Vieira não demorasse tanto como a primeira, de qualquer forma mais valia tarde do que nunca.

Sugeriu à Câmara que tentasse fazer pequenas acções de formação e reuniões com os diversos comerciantes para lhes incutir as novas regras de higiene e segurança no manuseamento e venda dos produtos, porque não bastava ter um mercado bonito era necessário que os produtos que se vendem nesse espaço estejam nas melhores condições de qualidade e apresentação.

Disse que era necessário que passassem dos projectos à acção, dado que já vinham inscritos nos relatórios há 2 anos, obras como: o projecto de beneficiação da Rua da Industria e da Rua da Fonte Santa em Vieira de Leiria.

Relativamente à Rua do Casal da Anja que a Câmara em 14 de Julho de 2005 deliberou delegar à Junta de Freguesia de Vieira de Leiria no âmbito do protocolo, a obra foi adjudicada, iniciou-se a primeira fase logo no início de 2006 ficando concluída em Maio. Seguidamente foram enviados os documentos à Câmara para que a Junta de Freguesia fosse ressarcida dos custos da obra, mas até hoje ainda não obteve uma resposta. Chamou a atenção que a Junta de Freguesia assumiu os compromissos com o empreiteiro da qual agradecia que a Câmara também assumisse os compromissos para com a Junta de Freguesia.

Lembrou que na última Assembleia Municipal foi solicitado por um município a necessidade da colocação de semáforos no cruzamento da Rua Manuel Dinis Parreira, com a Rua Joaquim Tomé e a Rua da Indústria e até ao momento ainda não foi resolvido. Referiu que em contrapartida foi lá colocado do lado direito no sentido de Sul para Norte um sinal de proibição de estacionamento sem que a Junta de Freguesia e as autoridades tivessem conhecimento.

Recomendou à Câmara para providenciar a pintura do gradeamento do paredão na Praia da Vieira e para abrir o parque de campismo antes da época balnear.

O deputado **José Rodrigues** colocou algumas questões, solicitando ao Presidente da Câmara que prestasse os devidos esclarecimentos.

Atendendo que as manifestações da comissão de utentes e a mudança do Ministro da Saúde levou a alterar alguma coisa em relação ao SAP da Marinha Grande, questionou se houveram novos contactos, novas reuniões?

Dado que o BE em Assembleia de Freguesia tem vindo a alertar para o problema de falta de segurança na zona dos bares na Praia da Vieira, e após os últimos acontecimentos embora isolados, que medidas já foram encetadas para que no futuro não aconteçam. Se houve ou não reuniões com as autoridades policiais e proprietários dos bares.

Questionou para quando o início do novo parque de campismo dado que faltavam 90 dias para iniciar a época balnear. Salientou que caso não esteja para breve a sua construção, questionou se justificava a abertura do parque velho nas condições em que se encontrava, ou seria necessário na próxima Assembleia acrescentar uma alínea na ordem de trabalhos para que seja aprovado o valor das taxas. Apelou para que não se esquecessem que foi uma promessa eleitoral.

Lembrou que na última Assembleia Municipal foi autorizada a expropriação de uma parcela de terreno para a execução da requalificação da Ribeira das Bernardas e se havia necessidade de mais expropriações para que este assunto terminasse de uma vez por todas.

O deputado do PS e Presidente de Junta de Freguesia da Moita, **Álvaro Martins**, informou que frequentemente era interpelado pelos moradores da Moita a questionarem se valeu a pena mudar para o Concelho da Marinha Grande. Realçou que pertencendo ao grupo que trabalhou para essa mudança e embora respondesse que sim, ficava com muitas reservas dado que no plano de actividades as obras previstas para a Freguesia da Moita eram muito poucas, representando 2% do valor total.

Apelou ao executivo para a urgência de fazer algumas obras numa Freguesia extremamente carenciada, com ruas degradadas, em que o saneamento provavelmente ficará concluído no final do mandato, a requalificação da área do largo da capela que ainda não foi feita.

Disse que fazia votos para que a Freguesia da Moita no próximo ano fosse contemplada de outras obras mais visíveis

A **Presidente da Assembleia** disse que, dado ser meia-noite o regimento impunha que questionasse os deputados se pretendiam suspender ou continuar os trabalhos.

O deputado **Telmo Ferraz** opinou que se deveria continuar, mas chamou a atenção para o tempo que demora na discussão do período antes da ordem do dia, que devia ser de uma hora, tendo demorado quase 2 horas.

A **Presidente da Assembleia** disse que nessa perspectiva iriam continuar a sessão.

O deputado da CDU, **Fernando Alves**, deu conta que os moradores do bairro do Camarnal se queixavam que as casas apresentavam problemas com alguma gravidade, da qual não haveria razão para tal acontecer, dando a sensação que seria um defeito de construção. Neste sentido questionou se já foram tomadas algumas medidas ou arranjam alguma solução.

Fez um reparo, a entrada pública do Estádio Municipal estava cheia de buracos e quando chove dificultava a passagem.

O deputado do PS, **João Cruz**, questionou a Câmara sobre a proposta da Direcção Geral do Tesouro e Finanças para a aquisição das antigas instalações J. Ferreira Custódio, o que se pretendia fazer naquele espaço e qual o valor que D.G.T. pediu pelo mesmo.

Disse que esperava ter encontrado páginas e páginas sobre uma reestruturação profunda dos serviços do licenciamento de obras particulares. Referiu que com base no decreto-lei publicado em Setembro de 2007 que dava 180 dias para entrar em vigor, tendo questionado o que foi feito durante esses 180 dias para reestruturar os serviços de obras particulares, para responder aos prazos que a lei impõe e aos verdadeiros diferimentos que ela consagra. Acrescentou que era uma lei que vinha simplificar os procedimentos a nível do licenciamento isentando uma série de actos, mas também criar uma exigência à Câmara. Realçou que a Câmara presentemente demorava meses e até anos para dar uma única resposta, e como pretendia fazer num prazo de 3 ou 4 dias que a lei lhe impunha. Porque senão responder a um requerimento que foi entregue automaticamente o mesmo considerava-se válido, e a Câmara deixava de poder pedir qualquer elemento acessório. Acrescentou que não respondendo em 20 dias o proprietário pagava as licenças e começava a executar a obra. Neste sentido disse que gostaria de saber qual a postura que a Câmara ia adoptar neste ponto.

Por fim, fez referência ao Gabinete do Presidente da Câmara, dizendo que a actividade do Presidente estava apresentada em meia dúzia de linhas, dando conhecimento que em Janeiro assistiu a 5 reuniões. Neste sentido questionou qual a actividade dos funcionários que faziam parte desse Gabinete, e se esta era a actividade mais relevante do Presidente da Câmara.

Exemplificou a irrelevância da actividade do Presidente com a informação de reunião com o POLIS no dia 12 de Janeiro de 2008.

Relativamente à notícia que veio a público sobre o financiamento, questionou o Presidente da Câmara se não achava que seria de incluir um esclarecimento aos deputados e à Assembleia Municipal sobre o que aconteceu nessa situação concreta, e quais as conclusões dessa reunião, mais do que transcrever uma agenda. Realçando que seria mais importante saber o que fez e não onde esteve e em que dia.

O deputado do PS, **Frederico Barosa**, questionou a Câmara sobre a revisão do PDM, dado que segundo o relatório continuavam-se a negociar cartas e mapas, portanto há 2 anos que a revisão do PDM não avançava.

Relativamente à divisão de licenciamento de obras particulares, apesar de dizerem no texto que estavam a tentar recuperar tempo perdido, os números diziam completamente o contrário, deram entrada 172 processos e só houve 94 deliberações.

Alertou para a questão das licenças de utilização, porque das 64 licenças de construção existentes só foram emitidas 30 licenças de utilização. Opinou que alguma coisa estava mal, porque os números não faziam sentido.

Chamou a atenção para os contentores que foram colocados por detrás dos CTT em São Pedro de Moel numa situação provisória, que continuavam lá e provavelmente iriam servir de novo.

O deputado **Pedro Silva** questionou se iria ser construída a rotunda na estrada de São Pedro de Moel que estava prevista.

Referiu que o Centro Empresarial estava a adquirir o sistema de climatização que entrou em vigor a 4 de Julho de 2007, e os edifícios públicos iam ser abrangidos por essa lei, e a partir de Janeiro de 2009 vão ser auditados por peritos. Realçou que era importante que a Câmara tentasse que os novos edifícios tivessem uma classificação energética alta, em que os projectos de especialidade da área térmica e dos projectos do AVAC (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado) as questões da energia eram importantes. Realçou que no caso do edifício novo era importante que a Câmara se assegurasse quer na fase do projecto e da instalação, para que não tivesse surpresas na fase da auditoria.

Salientou que perante os documentos, verificava que a Marinha Grande afinal tinha 4 Mercados, o nado morto do Atrium, o Mercado encerrado pela ASAE, o Mercado medieval das tendas e o que a Câmara estava a pretender construir na zona desportiva.

Chamou a atenção para que houvesse um certo cuidado na construção dos novos mercados, independentemente das questões económicas e legais de se poder fazer um mercado numa zona de plano de pormenor que prevê a zona desportiva. Acrescentou que era necessário que a Câmara ponderasse qual a realidade em termos de comércio daqui a 10 anos, aconselhando a não embarcar numa nova obra de necessidade duvidosa.

Informou que foi procurar preços de pavilhões novos, com a mesma área das tendas relativamente no centro da Marinha Grande, já devidamente infra estruturados, e o preço de aluguer rondava os mil duzentos e cinquenta euros por mês.

Afirmou que segundo os pressupostos o aluguer das tendas foi um negócio ruinoso.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que concordava com o deputado Pedro Silva dizendo que a expressão de negócio ruinoso era a palavra correcta. Referiu que na altura em que as tendas saíssem do sítio onde estavam é que se devia questionar a Câmara sobre o custo desse investimento desde que começou até ao fim, para verificarem que os dinheiros públicos estavam a ser delapidados na Marinha Grande.

Chamou a atenção para a existência de numerosas placas nas ruas, que acabavam por confundir as pessoas e não compreendia a razão da colocação de um semáforo na Av. José Gregório num entroncamento de estradas junto a uma rotunda.

Relativamente ao eventual negócio dos terrenos do J. Ferreira Custódio, ia ser transferido para a Câmara se ela se dignasse comprar, mas que não compreendia porque razão se estava a negociar com um projecto, dado que aquele terreno não tinha

efectivamente o valor pelo qual o dono estava a pedir por ele. Porque quem vai vender necessariamente valoriza o terreno com aquilo que a Câmara pretende lá fazer.

Questionou se existia o risco da Câmara não receber o financiamento pelo facto de não ter concluído o projecto do POLIS dentro do prazo.

Relativamente às taxas que estavam a ser praticadas no mercado das tendas, questionou se eram as mesmas taxas que existiam no mercado antigo e se a Câmara as podia estar a cobrar.

Informou que em Dezembro de 2006 saiu no Diário da Republica a criação de taxas e modificação da relação jurídica tributária, referindo-se ao conteúdo do Artigo 17º que entrou em vigor em Janeiro de 2007. Neste sentido, questionou se o regulamento que foi aprovado na Assembleia estava enquadrado no Decreto-lei ou não, e neste caso gostaria de saber o que é que a Câmara tinha a dizer sobre esta situação.

O deputado **Saul Fragata** disse que concordava com a intervenção do deputado Paulo Vicente, nomeadamente no que dizia respeito à questão da Rua da Industria, da Rua da Fonte Santa e do cruzamento de Manuel Dinis Parreira. Realçou que não era de agora que a rede viária estava num estado lastimoso e algumas das ruas pareciam uma manta de retalhos, e por essa razão acusavam o executivo CDU de ser a “Câmara do Alcatrão” porque na realidade já tinha espalhado muito na rede viária que o PS deixou em estado lastimoso.

Congratulou-se com a prioridade que ia ser dada à Rua da Industria. Opinou que a colocação do sinal de paragem proibida naquela rua estava mal, porque era uma zona com carência de estacionamento.

Alertou para a necessidade da requalificação na Rua 25 de Abril, quer em termos de ordenamento do trânsito quer do piso.

Questionou como é que estava a construção do esporão na Praia da Vieira.

Referiu que dado a requalificação no Centro Histórico já ter terminado, estava na altura de fazerem passagens de peões, retirando algumas de cor diferente e colocarem mais em outros locais.

Disse que não fazia sentido estar o sinal de trânsito proibido na rua que vai da circunscrição florestal até à J. Ferreira Custódio.

Questionou o deputado Telmo Ferraz se no negócio do Atrium não houve delapidação de dinheiros públicos, e negócio ruinoso

O deputado **Pedro André** disse que a ultima parte da intervenção do deputado Saul Fragata reflectia o que tinha sido os 3 anos de mandato da CDU, dado que o PSD tem feito propostas que considerava válidas e que infelizmente estavam a cair em saco roto. Referiu que não era menos verdade que antes de comprarem as tendas, o PSD disse que havia alternativas, provando com exemplos que tinha sido melhor e mais barato a proposta apresentada.

Relativamente à questão do licenciamento das obras particulares, disse que quando se estava a utilizar o dinheiro público, podia-se estar a gastar ou a investir.

Sugeriu que independentemente da lei ter sido alterada era altura de contratarem pessoas por recibo verde ou trabalho temporário, de forma a dotar os serviços de recursos humanos suficientes para arrumar a casa, porque as coisas pioraram em relação ao início do mandato, conforme se verificava através do relatório.

Questionou de quem era a responsabilidade da limpeza das praias durante a época balnear.

Deu conta que uma rampa de acesso que foi construída em São Pedro de Moel no ano de 2007 foi mal feita e deveria ser corrigida e bem feita.

Em relação aos mercados disse que teria que haver uma orientação porque era preocupante.

Informou que tiveram conhecimento que a Câmara já tinha aderido à Simlis e esperavam que também aderisse rapidamente à questão da rede em baixa.

Questionou quanto iria custar os 44% do saneamento que o vereador do pelouro disse que faltava, e que posteriormente se poderia ver quanto é que o Município fazia de dotação para o saneamento todos os anos e o tempo que ia demorar, dado que se tivesse ligado à Simlis, poderia estar feito em 3 ou 4 anos.

Questionou como estava a questão da TUMG e se já foi feita alguma coisa.

Por fim, disse que gostaria de saber os resultados da reunião que se realizou com os bares da Praia da Vieira e a GNR.

O deputado **Paulo Vicente** pediu alguns esclarecimentos em sequência da intervenção do deputado Saul Fragata. Informou que o sinal que foi colocado na Rua da Indústria tinha a haver com o movimento dos camiões que iam descarregar nas Industrias instaladas nessa rua, só que o problema é que se ficava com o lado direito todo sem se poder parar porque colocaram o sinal esquecendo o fim da limitação da paragem. Realçou que tinha sido esta situação que tinha levantado e que a Junta de Freguesia se estava a ver confrontada com os moradores a serem multados e que tinha questionado a GNR que disse que não tinham sido ouvidos nem informados.

O deputado **Artur Marques** questionou quais as garantias com que a população da Marinha Grande ficaria melhor servida, se o mercado tivesse sido implantado no Pavilhão da FAI. Disse que neste caso na realidade a população e os vendedores estavam bastante satisfeitos com o mercado das tendas.

O deputado **João Cruz** disse admitir que pudessem ser outros valores, mas pelas suas contas em 19 de Dezembro de 2007 as tendas custavam mil euros o m².

Disse que era normal os vendedores ficarem bastante satisfeitos, quando não tinham que pagar qualquer valor pelo seu espaço ocupado. Realçou que havia diferença em fazer um investimento que tinha que ser pago ao longo dos anos, de um feito de imediato e que obviamente ninguém pedia contas aos utilizadores. Salientou exactamente o que aconteceu com o mercado do Atrium, quando chegou a altura de pagar, as pessoas não ficaram satisfeitas.

Questionou qual o ponto de situação da TUMG, dado que trouxeram à Assembleia Municipal uma deliberação para a sua extinção, que mais tarde foi retirada. Acrescentou que o relatório não dizia qual a posição da Câmara em relação a este assunto. Questionou o Presidente da Câmara sobre as iniciativas que promoveu para a venda do mercado Cristal Atrium, se já foram colocados anúncios, pedidas propostas e qual o método de venda que escolheu.

Disse que verificou que estava inscrito no plano estratégico um valor significativo para a variante ao litoral. Neste sentido questionou se existia ou não uma proposta de protocolo entre a Câmara e a JAI no sentido de construir esta variante a custo zero, transferindo-a para a Câmara Municipal como via municipal, assim como a sua conservação para a responsabilidade da Câmara. Acrescentou que também estava inscrito um financiamento para o estacionamento e se esse já foi perdido ou deixou-se desactivar.

O deputado **Pedro André** esclareceu que as contas apresentadas eram relativamente ao aluguer das tendas.

Em relação às insinuações do deputado Artur Marques, realçou que teve o cuidado de dizer no início da sua intervenção, que andaram dois anos e iam continuar a fazer propostas à Câmara, não iam era estar sistematicamente a apresentá-las e a Câmara a não segui-las, neste caso o PSD não poderá estar de acordo.

Em resposta às questões colocadas, o **Presidente da Câmara** começou por dizer que relativamente à questão do deputado Paulo Vicente sobre o mercado da Vieira da qual apresentou uma sugestão de acções de formação para os comerciantes, na sua opinião seria uma ideia interessante que o executivo ia estudar. Aproveitando o exemplo agradeceu a todos os deputados pelas suas intervenções mesmo as mais críticas, porque eram o melhor contributo para quem tinha responsabilidades de forma a melhorar o seu trabalho. Salientou que nem sempre era possível corresponder a todas essas críticas e sugestões porque algumas delas eram contraditórias com opções tomadas.

Recordou que na última Assembleia tinha explicado em detalhe o problema da TUMG, pediu aos deputados o favor de darem o tempo suficiente para que esse assunto fosse esclarecido. Dado que nada havia a acrescentar àquilo que já tinha informado na última reunião e pela razão que tinha invocado.

Informou que estava em curso o estudo da mobilidade que a curto prazo seria entregue à Câmara, e esse era o principal instrumento de trabalho para se decidir o que fazer em termos do futuro em relação aos transportes urbanos da Marinha Grande. Reiterou o pedido que fez na última Assembleia que enquanto não fosse possível dispor da informação, analisá-la detalhadamente, envolvendo todas as forças políticas, não era justo nem correcto que se continuasse a falar da TUMG.

Explicou que a razão pela qual tinham dado prioridade em termos de orçamento à Rua da Fonte Santa, era pelo facto do projecto estar em condições de avançar mais rapidamente. No entanto o Sr. Presidente da Junta informou que para as necessidades de Vieira de Leiria a Rua da Indústria era prioritária, assim de imediato o executivo alterou a prioridade e neste momento os serviços técnicos estavam a trabalhar intensivamente para que o projecto ficasse concluído e a obra arrancasse o mais rapidamente possível durante o ano de 2008, sem descorar que a Rua da Fonte Santa iria avançar no final do ano ou em 2009. Informou que estava em curso o processo de aquisição de equipamento necessário para a instalação dos semáforos no cruzamento da Rua da Indústria, estava prevista a pintura para o gradeamento da Praia da Vieira. Quanto ao parque de campismo já estavam a decorrer as intervenções necessárias para não pôr em causa o início da época balnear.

Relativamente à situação dos bares na Praia da Vieira, informou que decorreu uma reunião promovida pela Câmara em que participaram a Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, a GNR de Leiria e o Sr. Comandante da GNR de Vieira, procuraram analisar da forma mais objectiva e fria, no sentido de verem que medidas estavam ao alcance da Câmara. Referiu que das diversas opiniões a medida a tomar seria a redução do horário de funcionamento. Acrescentou que não se podia ignorar que havia bares com licenciamento que lhes permitia de acordo com a lei geral terem horário de funcionamento até às 4 horas da manhã. Realçou que a Câmara podia tomar decisões desde que conseguisse comprovar uma situação excepcional que justificasse. Informou que esteve presente na reunião uma jurista que apresentou alguns acordos do Supremo

Tribunal Administrativo, em que num deles se considerava que não estava provada essa extrema necessidade porque não havia mais de 100 reclamações.

Alertou para o facto do parque de campismo não reunir as condições que gostariam para poder funcionar, com a intervenção que fizeram o ano passado melhorou mas de qualquer forma estavam a pensar fazer uma nova intervenção mais aprofundada de forma a melhorar significativamente. Informou que não se arriscava a garantir que em 2009 o novo parque de campismo ia ser construído, mas era uma questão que estavam a ponderar. Realçou que uma das coisas que mais se iria orgulhar era se em meio ano ou ano e meio conseguisse dar resposta a uma necessidade tão sentida há 30 anos.

No respeitante à Ribeira das Bernardas, deu conta que era a expropriação que estava em causa e foi justamente este projecto que os levou à reunião com o POLIS.

Reconheceu que o que estava previsto para a Freguesia da Moita em 2008 ficava muito aquém das expectativas e das necessidades. No entanto a ligação do saneamento estava em condições de ser feita, a intervenção no Largo da Capela estava prevista e ia avançar, assim como outras intervenções em alguns arruamentos. Afirmou que iam procurar reforçar em 2009 as intervenções na Freguesia da Moita.

Relativamente à questão colocada pelo deputado Fernando Alves sobre o problema de construção das casas do bairro do Camarnal, era um facto e já tinha oficiado à empresa responsável para que conjuntamente com a Câmara encontrassem solução para estes problemas.

Quanto à entrada entre o campo de treinos e o Estádio, já estava previsto um tratamento àquela área.

Relativamente à J. Ferreira Custódio, informou que a Câmara tinha a pretensão de viabilizar ou ajudar a encontrar uma solução para os problemas do estacionamento no centro da cidade. Informou que receberam um ofício da Direcção Geral do Tesouro e Finanças a questionar a Câmara se estaria interessada em adquirir aquela propriedade por 460 mil euros. Esclareceu que não existia nenhum projecto nem se ia negociar com a Direcção Geral do Tesouro a compra do terreno para executar o projecto. Acrescentou que apenas decidiram fazer um esboço daquilo que poderia lá ser construído para dar conhecimento aos colegas do executivo, dado que em reunião de Câmara os vereadores do PS acusaram o executivo de discutir assunto e não os mostrar.

Realçou que mesmo que a realidade fosse mais positiva do que a apresentada através do relatório, o problema do licenciamento das obras mantinha-se.

Informou que sem os instrumentos fundamentais que era a nova cartografia não seria possível avançar com a revisão do PDM, como já tinha explicado várias vezes.

Informou o deputado Pedro Silva que na deliberação sobre o processo Leclerc mantinha-se a rotunda na estrada de São Pedro de Moel, assim como outras condicionantes atendendo ao impacto que ia ter, mas sujeito a um estudo.

Quanto à lei da certificação energética, disse que os serviços estavam a acautelar essa exigência.

Esclareceu que não havia nenhum 4º mercado, que todos tinham consciência que aquilo que existia eram instalações provisórias, logo teria que haver definitivas.

Disse que estava convicto que o sucesso que lhe parecia inegável da solução encontrada e não desejada, se devia ao facto de ter junto o mercado tradicional com o levante. Opinou que isto potenciou em termos de atracção de clientes num espaço significativo para abastecimento e estacionamento, etc. Em suma estava fora de questão que o mercado voltasse para o edificio da resinagem porque não reunia as condições de acessibilidade em termos de abastecimento ao mercado e a clientes. Afirmou que uma alternativa perfeitamente plausível poderia estar mesmo em frente do local onde

estavam as tendas, porque tinha espaço suficiente para construir o mercado e continuar a ter condições para funcionar em conjugação com o mercado levante, com o estacionamento e uma óptima acessibilidade. Realçou que a parte que estava provisoriamente ocupada pelas tendas haveria de ser para concretizar o plano da zona desportiva.

Disse que os deputados fizeram várias considerações e críticas ao relatório, mas duvidava que o GAP do executivo PS porventura alguma vez tivesse equacionado a questão de colocar no relatório qual a actividade do Gabinete de Apoio ao Presidente.

Garantiu que ia verificar qual a informação qualificada que vinha nos relatórios apresentados à Assembleia e que agora não constava. Afirmou que se algo foi solicitado aos serviços em termos de relatório de actividades foi que se acrescentasse e melhorasse, não foi dada nenhuma indicação para desvalorizar ou desqualificar a informação prestada à Assembleia Municipal. Deu conta que esta listagem só por si não ajudou muito, lançando alguma confusão e dando argumentos à oposição. Informou que em próximos relatórios vai tentar apontar o conteúdo das coisas que forem da sua directa intervenção.

Quanto às taxas aplicadas no mercado continuam a ser praticadas de acordo com a lei. Disse que no âmbito da AMLEI foi lançado um concurso para todos os concelhos porque o novo regulamento de taxas tinha que ter um estudo económico para justificar as taxas que iram ser praticadas.

Referiu um conjunto de intervenções na Praia da Vieira, beneficiação da Rua da Lagoa, novos sanitários a norte da Praia, a resolução de um conjunto de problemas com os passeios, quer a reparação quer a continuação do calçetamento de algumas áreas onde não existia passeio e a reparação nomeadamente na iluminação pública.

No que diz respeito ao parque de campismo, iam ser construídos os novos balneários, e uma intervenção geral que criasse melhores condições.

Referiu que a nível geral do concelho ia ser iniciada uma intervenção junto de todas as escolas, para as dotar de passadeira sub elevadas, e que esta obra já foi adjudicada.

Realçou que a proposta que o deputado Pedro André fez relativamente à solução dos problemas do licenciamento de obras particulares não era viável, porque a natureza do trabalho de apreciação técnica para fundamentar a deliberação política teria que ser feita por técnicos vinculados à Câmara, mas de qualquer forma estavam a estudar soluções para resolver o problema que mais uma vez reconhecia.

Referiu que a limpeza das praias na época balnear ia ser assegurada pela Câmara com os equipamentos e pessoal.

Quanto ao que estava a ser feito para a venda do edifício do Atrium, informou que já solicitaram um estudo do ponto de vista jurídico para desencadear esse processo num prazo bastante curto.

Quanto à variante litoral disse que se mantinha o compromisso das Estrada de Portugal a executarem, havendo como contrapartida que a Câmara aceitasse a estrada 242, e a sua manutenção.

Terminados os esclarecimentos, a **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao público presente.

Da parte do público, interveio o Sr. **Victor Jorge Garcia das Neves**, começou por questionar a Câmara sobre o licenciamento dos bares. Disse que na qualidade de munícipe e autarca da Assembleia de Freguesia contactou alguns proprietários e indagou com eles o facto de não terem sido ouvidos e estarem presentes na reunião que a Câmara

promoveu com a Junta de Freguesia e com a GNR, e que porventura teriam algo a acrescentar. Informou que os proprietários dos bares ficaram indignados com tal facto e estavam contra o encerramento ou alteração do horário. Realçou que se a Câmara levar por diante o encerramento, os proprietários iriam recorrer junto das instâncias porque tinham feito investimentos avultados e também porque iria trazer graves problemas a nível de fluxo de turistas ao longo do ano.

Solicitou à Câmara que verificasse se esta era a única medida que tinha para apresentar, porque caso lhes fosse alterado o horário eles previam fazer o encerramento total.

Acrescentou que estavam dispostos a pagar às forças policiais fora do horário de serviço para fazerem o patrulhamento. Sugeriu que fossem instaladas câmaras de vigilância ligadas à central da GNR. Solicitou à Câmara para ponderar muito bem este assunto porque iria ter reflexos enormes.

Comentou que em Vieira de Leiria não havia actividades culturais promovidas pela Câmara, pois as únicas que existiam eram na sede do Concelho.

Referiu que o festival de teatro não foi bem divulgado.

No respeitante à Zona Industrial da Vieira, sugeriu que se fizesse promoção junto das empresas para que se instalassem na Vieira, promovendo assim mais emprego numa zona que tinha tanto de turismo como de indústria.

Propôs que se fizesse uma incubadora de empresas, em que as pequenas oficinas por aí espalhadas pudessem ser transferidas para um lote de terreno da Zona Industrial da Vieira, de forma a terem uma maior visibilidade e melhores condições de desenvolvimento.

Por fim, questionou se a Câmara já tinha conhecimento da Agenda 21 Local, que era um programa que já estava implementado e que vários concelhos já aderiram. Informou que esta Agenda tinha em vista a requalificação das Zonas Ribeirinhas e em conjunto com os fundos do QREN provavelmente seria possível apresentar projectos e candidaturas.

O Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do Sr. Victor Neves e informou que não conseguiam encontrar nenhuma solução se não ouvissem todas as perspectivas. No entanto a Câmara tinha o dever de procurar soluções ou decidir sobre matérias como esta que envolvessem interesses não só dos proprietários dos bares e dos utilizadores mas também dos moradores da zona onde se situam os bares.

Informou que a Câmara já tinha reflectido sobre as preocupações apresentadas pelo município. Registou com agrado o facto de ter trazido uma atitude positiva em nome dos proprietários dos bares, para colaborarem e resolverem em termos de tranquilidade e qualidade de vida para os moradores. Dado que o local era uma área urbana onde as pessoas tinham o direito de ter a sua habitação, e de serem respeitados relativamente à tranquilidade. Realçou que a Câmara estava a procurar ter em conta os diferentes interesses, legítimos porque também quem fazia investimento tinha direito a rentabilizá-lo, só não poderia era estar a anular e pôr em causa os direitos dos outros. Registou mais uma vez como positivo a disponibilidade dos proprietários dos bares.

Pedi desculpa aos proprietários, mas não tinham o direito de se sentirem ofendidos pelo facto de não terem estado presentes na reunião, só que primeiro teria que reunir com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vieira e com a GNR, mas de qualquer forma não estavam excluídos de nada.

Relativamente às actividades culturais informou que a Praia da Vieira teve a abertura oficial da época balnear que nenhuma outra praia do concelho teve, e tem tido um programa de animação cultural que na realidade poderia ser pouco. Disse concordar que o festival de teatro não foi bem divulgado.

Informou o munícipe que não tinha razão em relação à criação de uma incubadora de empresas e que já existia uma que era a OPEN e que em 4 anos fez a incubação de três empresas, e neste momento era uma infra-estrutura que estava subaproveitada e com sério risco de dar continuidade à sua actividade.

Relativamente à Agenda 21 Local informou que tinha anunciado isso na aprovação dos documentos previsionais, como sendo uma medida que o executivo introduziu para 2008. Informou que iam avançar rapidamente com o procedimento necessário para a elaboração da Agenda 21 Local para o Concelho da Marinha Grande porque tinham a mesma percepção que o Sr. Victor, e reconheciam que era um instrumento importantíssimo mesmo no âmbito das candidaturas ao QREN.

O deputado **Paulo Vicente** interveio para dizer que tinham compatibilizado a Praia da Vieira com diversos interesses, os de quem vinha passar férias e queriam o seu descanso e os de quem queria governar a vida com a actividade comercial dos bares, não esquecendo que todos teriam que contribuir para o mesmo fim.

Realçou que há 18 anos que desempenhava funções na Junta de Freguesia e só no ano que passou é que não tinha promovido uma reunião com os donos dos bares. Informou que decorreu uma reunião na GNR não se tendo chegado a conclusão nenhuma porque cada um via apenas o seu problema. Disse que já se tinha pensado em formar uma Associação dos bares para se unirem e terem mais força. Nada era possível, só se pretendia o lucro fácil.

Questionou se quem frequentava os bares neste momento interessava e quem se vinha divertir armado com facas e de armas de fogo interessava na Praia da Vieira.

Opinou que não interessava este turismo e assumia que sempre lhes transmitiu que tinham que seleccionar a clientela e dar bom ambiente.

Por nada mais haver a tratar, a **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada, pelas duas horas e treze minutos, a sessão, cuja acta será assinada pela Presidente e pelos Secretários.

A Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário

O 2º Secretário